POLÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO NA ZEIS MOURA BRASIL:

análises das formas de organização, mobilização e articulação comunitária.

Lais Brito de Moura¹
Grazyelle Araújo Soares²
Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão³
Duane Brasil Costa⁴
Maria Zelma de Araújo Madeira⁵

RESUMO

O objetivo deste trabalho é trazer resultados parciais de um Projeto de Iniciação Científica, que busca investigar a participação social por meio da atuação de grupos artístico-culturais e coletivos de jovens, bem como do Comitê Gestor da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Moura Brasil, bairro localizado em Fortaleza/Ceará. A pesquisa é de natureza qualitativa e como procedimentos metodológicos utilizamos o estudo de campo, com pesquisa bibliográfica, a partir da elaboração de diários de campo e a aplicação de uma entrevista semiestruturada. Com isso, realizaram-se aproximações entre a questão territorial e o racismo ambiental, que estão relacionados às expressões da questão social, constituindo-se como elementos fundamentais para a elaboração de políticas sociais públicas que garantam o direito à cidade.

Palavras-chave: Território. Questão social. Racismo ambiental.

ABSTRACT

The objective of this work is to bring partial results of a Scientific Initiation Project, which seeks to investigate social participation through the performance of artistic-cultural groups and youth collectives, as well as the Management Committee of the Special Social Interest Zone (ZEIS) Moura Brasil, neighborhood located in Fortaleza/Ceará. The research is of a qualitative nature and as methodological procedures we used the field study, with bibliographical reading, from the elaboration of field diaries and the application of a semi-structured interview. With this, approximations were made between the territorial question and environmental racism, which are related to the expressions of the social question, constituting themselves as fundamental elements for the elaboration of public social policies that guarantee the right to the city.

⁵ Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Sociologia. <u>zelma.madeira@uece.br</u>











¹ Universidade Estadual do Ceará. Discente do 4° semestre do Curso de Bacharelado em Serviço Social. <u>lais.brito@aluno.uece.br</u>.

² Universidade Estadual do Ceará. Discente do 5° semestre do Curso de Bacharelado em Serviço Social. grazyelle.araujo@aluno.uece.br.

³ Secretaria da Igualdade Racial do Ceará. Assistente Social. Mestra em serviço social pela Universidade Estadual do Ceará. <u>wanessa.brandao@igualdaderacial.ce.gov.br</u>.

⁴ Assistente Social, especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Mestra em Avaliação de Políticas públicas. <u>duanebrasil@gmail.com</u>

Keywords: Territoy. Social issues. Environmental racism.

1 INTRODUÇÃO

A exploração do meio ambiente e de recursos naturais impulsionada pelo sistema capitalista contribui para o aumento e a manutenção da disparidade entre grupos racializados de maneira subalterna em relação àqueles favorecidos social, política e economicamente, uma vez que estamos inseridos numa sociedade onde o racismo é estrutural e determinante (ALMEIDA, 2019).

Portanto, as desigualdades socioespaciais estão presentes em um contexto de disputa de poder, onde o agravamento de questões ambientais impactam diretamente e de maneira específica povos e comunidades oprimidos historicamente a depender de marcadores como: raça e etnia, gênero e classe.

A falta de moradia digna, saneamento básico, além da exposição a doenças, risco de contaminação e frequentes alagamentos, afetam, sobretudo, os sujeitos em situação de vulnerabilidade social, configurando-se como casos de racismo ambiental quando os mais atingidos possuem a raça ou etnia como marcador. Com isso, afirma-se que o território demarca privilégios ou desvantagens no que se refere à população negra, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, os quais historicamente foram colocados à margem e excluídos socialmente.

Dito isso, este artigo tem o objetivo de tratar discussões pertinentes em relação ao processo de segregação urbana a partir de um estudo da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Moura Brasil localizada em Fortaleza/Ceará. No site oficial da Prefeitura consta que as ZEIS "são porções de terras públicas ou privadas que buscam, prioritariamente, à regularização urbanística e fundiária dos assentamentos de baixa renda existentes e consolidados, além do desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo".

O Moura Brasil, território no qual a pesquisa se desenvolve, trata-se de um bairro periférico que surgiu na época da seca que assolou o Nordeste e, durante um período, foi um local em que retirantes foram forçadamente mantidos, tornando-o conhecido como "Curral". É notório que bairros periféricos são postos à margem dos













aspectos "positivos" do processo de urbanização, compreendendo, portanto, o feito de um sistema que expropria as relações sociais.

O direito à cidade é realidade para uma só porção da população. Nesse sentido, o desafio está na apropriação do "seu significado social no processo de reprodução das relações sociais, ante às profundas transformações que se operam na organização e consumo do trabalho e nas relações entre o Estado e a sociedade civil com a radicalização neoliberal" (lamamoto, 2009, p. 368), refletidas na questão urbana.

A presente pesquisa está organizada da seguinte forma: no primeiro momento direcionamos para refletirmos sobre os conceitos utilizados no estudo, tais como, direito à cidade, território, questão social e racismo ambiental além de já enunciar características gerais do campo de estudo, o bairro Moura Brasil. No segundo momento, trazemos à tona a metodologia e os resultados parciais do Projeto de Iniciação Científica⁶ em andamento e por último, as primeiras conclusões da discussão.

A referida investigação, de natureza qualitativa, utilizou-se de procedimentos metodológicos que incluíram estudo de campo e pesquisa bibliográfica, além de uma entrevista semiestruturada e a elaboração de diários de campo que nos auxiliaram nas análises.

2 QUEM TEM DIREITO À CIDADE? REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS E INTRODUÇÃO AO MOURA BRASIL

No intento de atingir o objetivo proposto, teceremos, de forma breve e sem a perspectiva de esgotar a temática, um debate acerca da construção socioterritorial do bairro Moura Brasil. Este se localiza na região Nordeste, no município de Fortaleza que fica no Estado do Ceará, situado numa área socialmente determinada enquanto periferia.

⁶ Políticas de participação e inclusão na ZEIS Moura Brasil: análises das formas de organização, mobilização e articulação comunitária durante a pandemia de covid 19 (2022-2023). Iniciação Científica. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasilidade, Gênero e Família da Universidade Estadual do Ceará (NUAFRO/UECE).







APOIO





22 D23 UNIVERSITÁRIA 16ADO S/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Neste sentido, é importante analisar o contexto sócio-histórico que permeia o Estado do Ceará para compreender as expressões da questão social que perpassam a sua capital até os dias atuais. Tal como a seca de 1932, que resultou na construção de locais para o aprisionamento de sertanejos que procuravam amparo na grande cidade.

Nesta seca, o poder público isolou parte dos sertanejos em 07 (sete) Campos de Concentração, distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes no Sertão do Ceará. Estes conhecidos popularmente como Currais do Governo. Analisar as tessituras de Isolamento e Poder durante a seca de 1932 permite um entendimento maior sobre o processo e urbanização da cidade de Fortaleza e suas formas de exclusão da pobreza, dando visibilidade às maneiras pelas quais os pobres desafiam esses poderes e conquistam espaços no mundo urbano (SOUSA, 2014, p. 126).

O Moura Brasil consolidou-se nesse processo civilizatório que atravessou Fortaleza, sendo afastado, assim como outros bairros periféricos que carregam uma herança histórica acentuada por desigualdades e opressões, do acesso à cidade e moradia digna. O racismo ambiental se evidencia na apartação que esses territórios são estabelecidos. Na falta de estrutura urbana, condições sanitárias e na falta de acesso à água e saneamento básico.

Atualmente no Brasil, a população que compõe áreas socialmente determinadas enquanto periferias, são de sua maioria negra. Sendo assim, fragmentos de uma abolição inacabada. A população negra foi posta à margem principalmente pela ausência de políticas públicas efetivas que permitissem a verdadeira inserção no que se diz respeito ao convívio social e a cidadania em sua completude.

O racismo ambiental, termo introduzido pelo jornalista e ambientalista estadunidense Benjamin Franklin Chavis (1981), se refere às relações ecológicas e socioespaciais desfavorecidas como consequência do colonialismo, neoliberalismo e da globalização. Chavis definiu o termo como discriminação racial na formulação de políticas públicas, estas que direcionavam a população negra e comunidades tradicionais para instalações precarizadas. Analisar como o racismo ambiental se











manifesta significa compreender a injustiça social que permeia as relações territoriais.

A justiça social está associada ao direito à cidade. A cidade é expressão da produção social, da dinâmica de transformação e do uso do território. O desenvolvimento desigual do espaço geográfico revela como o capital se manifesta. Como afirma o autor David Harvey:

O direito à cidade significa o direito de todos nós a criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades (...) O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente, Quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital. (HARVEY, 2009, p. 269)

Ademais, é importante compreender que a desigualdade socioespacial também se dá devido a lógica destrutiva do capital, que têm como um de seus objetivos a distribuição desigual do território. Nesse sentido:

"O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e dos desejos humanos, transforma espaços e acelera o ritmo de vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis. (HARVEY, 2014, p.307)

A questão territorial se apresenta como uma expressão da questão social que está relacionada a outros tipos de violência estrutural que atravessam populações não-brancas, as quais em sua maioria ocupam posições geográficas mais facilmente afetadas por desastres naturais, como enchentes, um fenômeno, que se agrava quando o Estado não fornece o devido apoio às comunidades atingidas ou não formula uma agenda de controle de danos emergenciais.

Analisaremos a questão social como um dos elementos centrais da nossa pesquisa, trazendo um olhar divergente acerca da realidade social brasileira, dando











destaque a vivência dos grupos minorizados. Enfatiza-se, desse modo, que o sistema capitalista utiliza métodos alienadores para impedir a perspectiva de uma nova sociedade, uma vez que é possível notar, na dinâmica da lógica do capital que mercantiliza a vida, a deslegitimação dos movimentos sociais e políticos visando desmobilizar para a luta.

3 AS FORMAS DE RESISTÊNCIAS ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS, PROJETOS SOCIAIS E COLETIVOS ARTÍSTICOS-CULTURAIS DO MOURA BRASIL

Para obter os dados apresentados neste trabalho, além da pesquisa bibliográfica, foi realizado um acompanhamento do projeto social denominado "Mapeamento Afetivo", o que nos permitiu compreender as formas de mobilização e participação social na comunidade através da aproximação com o campo. Outra técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada, que ocorreu presencialmente com um representante da atual gestão do Comitê Gestor da ZEIS Moura Brasil.

3.1 Sobre o Projeto Mapeamento Afetivo Moura Brasil

O Mapeamento Afetivo Moura Brasil foi uma iniciativa do Instituto Mirante do Ceará e através do Núcleo de Articulação Comunitária Afirmativa (N.A.C.A), em parceria com outras instituições, sob coordenação da antropóloga Zwanga Nyack, coordenadora pedagógica do projeto. Foram selecionados 20 (vinte) jovens, entre 16 e 29 anos, estes majoritariamente negros, os quais receberam uma bolsa de pesquisa durante 04 (quatro) meses. Uma das dinâmicas adotadas consistia na exposição realizada pelos jovens que representassem lembranças vividas no Moura Brasil, podendo ser fotos ou objetos, reforçando a importância da preservação da memória. Contudo, o projeto enfrentou algumas dificuldades ao longo do seu desenvolvimento e, apesar disso, aos 05 (cinco) meses, o seu objetivo foi alcançado: identificar locais ou pessoas (guardiões de memórias) e elaborar materiais a partir desses achados, tendo como destaque a exposição a céu aberto guiada pelos jovens, onde nos apresentam às pessoas e aos locais que tiveram a sua história











mapeada, assim como o documentário que exibe as entrevistas feitas com os moradores.

A coordenadora Zwanga Nyack destaca o comprometimento dos(as) bolsistas e o fato de a permanência ter se dado tanto pelo laço que criaram quanto pelo desejo de ver a finalização do projeto. O empenho e esforço desses jovens é notável, uma vez que observamos que dos 20 (vinte) selecionados, 17 (dezessete) estiveram até a sua conclusão e os que saíram relatam que se deu pela necessidade de trabalharem.

Ainda, entre a vida pessoal e o mapeamento, lidaram com barreiras institucionais, onde afirmaram terem sido discriminados em determinados espaços culturais. Apesar disso, para os jovens, o programa foi uma oportunidade de conhecer a história do seu bairro e de mostrar um Moura Brasil nunca visto, como nomearam a obra produzida "O Moura Brasil que não te contaram", muitas vezes resumido em violência e criminalidade, os jovens apontam que é sobre o resgate da memória de locais afetivos e a história de pessoas inspiradoras. Dessa forma, notamos que os jovens adquiriram sentimentos de pertencimento e coletividade durante o percurso das pesquisas, revelando um encontro entre memória e a ancestralidade. Foram registrados no mapeamento:

Quadro 1 - Registros do Projeto Mapeamento Afetivo Moura Brasil.

Número	Guardiões de Memória
8	 Muriçoca, 2. Manin e Neném, 3. Dona Marilac, 4. Padre Ferreirinha, 5. Seu João Coragem – João Batista Alves Carolina, 6. Seu Zezé (Cícero Gomes), 7. Francisca Rodrigues da Hora e 8. Luiza Custodio de Souza.
Número	Lugares Afetivos
19	1. Terreiro Caboclo Pena Verde – Maurilio de Uchôa Maria Filho, 2. Chafariz – Jameson da Silva Nascimento, 3. Igreja Revival – Jorge Bezerra Rocha (Doge), 4. Antigo RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A) – Maria Auxiliadora da Rocha, 5. Praça do Muriçoca – Ismael Gutemberg, 6. Capela Patrimonial Santa Terezinha – Geilson Cajuí, 7. Praça Avenidinha (João Pernambuco) – Edilson Pires Simões, 8. LÚMEN – Luís Eduardo Osório Xavier (Tio Dudu), 9. Alexandre Gomes – Alexandre Paiva Correia, 10. Escolinha







APOIO







REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Beneficente de Surf Moura Brasil – Gerlania Xavier, 11. Rua do Trilho – Maria das Graças Fernando, 12. Igreja Santa Edwiges – Marconde França Martins da Silva, 13. Bloco do Mamão – Ana Lúcia de Souza Barros, 14. Oitão Preto – Benedita Barbosa de Souza, 15. Panorama Artesanal – Franciane Gonçalves Ximenes, 16. Escola Moura Brasil, 17. Beco Rasga Sunga, 18. Praia do Marina e 19. Casa de Oração.

Fonte: Cartilha Informativa do Mapeamento Afetivo Moura Brasil. Instituto Mirante, 2023.

3.2 Análises de seus resultados

O Moura Brasil abriga uma população numerosa e historicamente marginalizada, que, muitas vezes, é reduzida ao denominado "Oitão Preto", de forma pejorativa e estigmatizante. O Mapeamento Afetivo, por outro lado, reivindica laços de pertencimento, consciência crítica e emancipação social. As memórias destravadas ao longo do seu percurso, apresentadas e estudadas pelos jovens pesquisadores foram de suma importância para a criação de um senso coletivo de comunidade.

Nessa perspectiva, mobilizações comunitárias como a do projeto em questão são fundamentais para denunciar descasos governamentais e promover mudanças significativas nos participantes e no território, "precisamente porque o capitalismo é expansionista e imperialista, a vida cultural, num número cada vez maior de áreas, vai ficando ao alcance do nexo do dinheiro e da lógica da circulação do capital" (Harvey, 2014, p. 308). Tendo isso em mente, é possível notar que iniciativas como esta fortalecem o sentimento de pertença ao território e demonstra a resistência à lógica capitalista, além de promover o protagonismo juvenil em torno das lutas sociais, através da arte e cultura, como demonstra também, o Coletivo Raízes da Periferia, formado por jovens da comunidade do Moura Brasil, que, além de desenvolver um trabalho de fortalecimento político junto aos moradores, também criaram a marca EcoRaiz de produtos ecológicos. Existem ainda, outras organizações e projetos sociais comprometidos com as lutas do local.

Os indicadores sociais, como raça e etnia, classe e gênero, refletem na realidade vivida pelos moradores, afetados pela *necropolítica* (Mbembe, 2018), uma vez que são expostos a riscos, contaminações e doenças, e impedidos de











exercerem a sua cidadania com dignidade. Em suma, o projeto permitiu compreender como as formas de mobilização partem da própria comunidade, revelando a ausência de proteção estatal em alguns casos. Assim, é perceptível que há questões que dizem respeito à falta de políticas socioambientais.

Esse contexto é consequência do processo de regressão dos direitos sociais que temos observado nos últimos anos, que está de acordo com os interesses da classe social dominante, resultado do avanço de uma perspectiva neoliberal e ultraconservadora. Além disso, notamos uma segregação socioespacial, uma vez que o preconceito que permeia a região, que é, frequentemente, denunciado pelos moradores, é particularmente evidente quando se trata da especulação imobiliária que promove a exclusão dos moradores em relação aos processos de construção dos equipamentos culturais localizados no bairro, dentre outros, não significando, como afirmam os moradores, nenhum tipo de benefício, sequer empregatício, aos moradores do Moura Brasil, fato esse que pode ser explicado a partir da leitura sobre questão social da autora Josiane Santos (2012, p.183), que elucida: "o capitalismo pode se apresentar, desse modo, como 'presente eternizado' da humanidade e fica mais fácil impor a regressão civilizatória requerida pelas necessidades de valorização do capital".

Dessa forma, é possível notar que o Moura Brasil apresenta uma estrutura social marcada por traços de desigualdade socioeconômica e demarcadores estabelecidos historicamente com uma população predominantemente negra. Em contraposição a isso, os processos de resistência, por meio de ações de grupos, coletivos e propostas, como a do Projeto Mapeamento Afetivo, reforçam a importância do reconhecimento das potencialidades do bairro e estimulam a identificação entre sujeitos e território a partir da reconstrução da imagem de um Moura Brasil que é, sobretudo, afetivo e político.

4 CONCLUSÃO

Dada a realidade urbana das periferias brasileiras, o bairro Moura Brasil reflete os desafios que permeiam essas regiões e expressa a herança de um passado colonial que define posições de poder e privilégios. É crucial compreender o











CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

contexto sócio-histórico e as especificidades das demandas territoriais, ao mesmo tempo, em que se relacionam questões como a concentração de riqueza na sociedade capitalista, a divisão desigual da terra e, sobretudo, a insuficiência de políticas ambientais que prezam a qualidade de vida e o direito à moradia digna.

O racismo é um problema conjuntural de profundo impacto social que influencia as desigualdades sociorraciais brasileiras e, para combatê-lo em todas suas dimensões, é preciso compreender como o racismo ambiental se expressa e resulta na dificuldade de acesso a serviços básicos, no aumento de habitações precárias que possuem carência de infraestrutura adequada e aumento de vulnerabilidade socioeconômica.

É sabido que o capitalismo é destruidor e responsável por deturpar os valores de avanço, o qual consiste na falsa ideia (eurocêntrica) de "evolução" civilizatória expressa no planejamento dos centros urbanos. Frisamos a importância de pensarmos a dimensão das políticas de urbanização em paralelo às discussões socioambientais com aporte teórico de o porquê o pensamento ecológico e livre de qualquer opressão consegue desenhar uma sociedade com equidade.

Tendo isso em mente, a pesquisa nos permitiu identificar os tensionamentos que estão presentes no bairro Moura Brasil. Fomos apresentados a novos conflitos uma vez que "o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos." (MINAYO, 2007, p. 54). A partir dos resultados alcançados, reconhecemos o esforço dos membros da comunidade em elaborar estratégias de mobilização comunitária diante dos desafios impostos pelo sistema capitalista que pretende a desestruturação da classe trabalhadora.

Em suma, a análise da proeminência da mobilização comunitária no Moura Brasil denominou a população, alvo da escassez de políticas públicas, do limitado acesso à cidade e o viver digno, porém, resiste aos trâmites de um sistema que se alimenta de desigualdades. O feito do resgate à memória de um bairro marcado pelas múltiplas expressões da questão social, manifesta a alteração do projeto político dos movimentos populares urbanos. Colocando à deriva que o sujeito histórico deve ser proveniente apenas da classe dominante e surgindo uma nova noção de protagonismo. "Um novo projeto político dos movimentos populares, que













vai contemplar outras questões além de demandas específicas do campo das carências socioeconômicas, indo das questões do modelo de desenvolvimento do país às questões do meio ambiente e desenvolvimento humano." (GOHN, 2012 p. 25).

Por fim, reitera-se que as discussões acerca da questão socioambiental precisam avançar em muitos aspectos. Consideramos urgente, portanto, tratá-la reconhecendo o aumento das disparidades sociais em decorrência do descaso com a temática. Dessa forma, compreende-se que a divisão de classes entre dominantes e subalternos é acentuada devido a construção das cidades serem utilizadas como mecanismos fundamentais para a exclusão social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais. 4. ed - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2014.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. Petrópolis: Vozes, 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

_____. Prefeitura de Fortaleza. **Zonas Especiais**. Disponível em: https://zonasespeciais.fortaleza.ce.gov.br/sobre>. Acesso em: 20 de junho de 2023.







APOIO







SANTOS, Josiane. **Questão social: particularidades no Brasil**. (Coleção biblioteca básica de serviço social). São Paulo: Cortez, 2012.

SOUSA, Kênia. **Isolamento e Poder: Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.







